I.

**DISCIPLINA JURÍDICA DA VENDA
DO IMÓVEL LOCADO NO DIREITO
ROMANO**

1. LOCATIO CONDUCTIO: ESPÉCIES E LOCATIO CONDUCTIO REI

A *locatio conductio* era um contrato consensual¹⁶, bilateral e que tinha como partes o *locator* e o *conductor*, cujos direitos eram tutelados respectivamente pelas *actiones locati* e *conducti*¹⁷. Nesse sentido, R. FIORI¹⁸ destaca que, por séculos, a *locatio conductio* foi definida como o escambo de um *uti frui* em troca do

¹⁶ R. FIORI considera que os formulários catonianos foram o primeiro indício seguro de proteção do mero consenso nas relações locatícias. Isso ocorre, segundo o autor, porque esses contratos teriam sido primeiramente baseados em uma *verborum obligatio* e tiveram uma fase intermediária em que eram utilizadas formas de garantia indireta, como a *satisdatio* e o penhor sobre instrumentos de trabalho (*invecta et illata*) nas locações rurais. Somente em um terceiro momento é que simples consenso seria tutelado. Além disso, Fiori afirma que as expressões *locare* e *conducere* seriam mais antigas do que o próprio surgimento dos contratos consensuais. (*La Definizione della 'Locatio conductio' - Giurisprudenza Romana e Tradizione Romanistica*, Napoli, Jovene, 1999, pp. 11; 13-14; 21-22. Cf. também: E. ALBERTARIO *et. al.*, *Ipoteca*, in: *Enciclopedia Giuridica Treccani*, Roma, 1933. Disponível em: < https://www.treccani.it/enciclopedia/ipoteca_%28Enciclopedia-Italiana%29/>. Acesso em: 16/07/2021.).

¹⁷ M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano*, Milano, Giuffrè, 1990, p. 593. Conferir também: M. KASER, *Römisches Privatrecht* (1992), trad. port. de S. RODRIGUES e F. HÄMMERLE, *Direito Privado Romano*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 249-250.

¹⁸ *La Definizione della 'Locatio conductio'*, cit. nota 16, p. 305.

pagamento de uma remuneração (*merces*)¹⁹ 20.

Apesar de a divisão terminológica não ser clássica, mas elaborada pela doutrina intermédia²¹, a *locatio conductio* poderia ser vista como um tipo contratual capaz de englobar, em realidade, três espécies de acordos distintos e voltados também a finalidades distintas: a *locatio conductio operarum*, a *locatio conductio operis faciendi* e a *locatio conductio rei*²² 23.

Nos casos de *locatio conductio operarum*, o *locator* colocava seus serviços à disposição do *conductor* que usufruía dos trabalhos

¹⁹ A origem do contrato de *locatio conductio* foi objeto de divergência entre sabinianos e proculianos. Os primeiros defendiam que- assim como a compra e venda teria surgido do escambo de coisas- a locação começou como espécie de troca em que ambas as partes forneciam uma a outra *uti frui*. Já os proculianos, segundo R. FIORI, não teriam tido propriamente uma concepção diversa sobre o contrato, mas viam necessidade de se poder distinguir as partes negociais. Mas isso não trazia ainda a exigência de que um dos contraentes pagasse uma *merces* em dinheiro, porque as prestações diversas poderiam consistir na concessão de um *uti frui* em troca da entrega de uma coisa. (*La Definizione della 'Locatio conductio'*, cit. nota 16, pp. 290-291. Conferir também: L. C. RUGGIERO, *A 'locatio conductio' e os tipos contratuais semelhantes no direito romano*- Tese de Doutorado- Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, pp. 25; 27-33.).

²⁰ Vale lembrar também que a doutrina romanista moderna desenvolveu teorias e classificações desconhecidas pelos juristas romanos, mas baseando-se no que fontes de diferentes períodos indicam sobre as práticas jurídicas dessas épocas. (R. FIORI, *La Definizione della 'Locatio conductio'*, cit. nota 16, p. 352; 365.).

²¹ M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano*, cit. nota 17, p. 593.

²² M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano*, Milano, Giuffrè, 1990, p. 593. Conferir também: M. KASER, *Römisches Privatrecht* (1992), trad. port. de S. RODRIGUES e F. HÄMMERLE, *Direito Privado Romano*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 249-250.

²³ Ao tratar da *locatio conductio* autores romanistas como Roberto Fiori (*La Definizione della 'Locatio conductio' - Giurisprudenza Romana e Tradizione Romanistica*, Napoli, Jovene, 1999, pp. 1-4 1-4; 12-14; 361. Conferir também: R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, Oxford, Clarendon, 1996, p. 340.) e M. TALAMANCA (*Istituzioni di Diritto Romano*, cit. nota 22, p. 593.) destacam discussão surgida entre romanistas do século XIX quanto à natureza unitária ou tripartida da locação. Assim, para os defensores da primeira corrente, a *locatio conductio* teria sido um único tipo contratual que englobava três espécies distintas: *locatio conductio rei*, *operarum* e *operis faciendi*. Já para os defensores da tripartição, essas três modalidades seriam tipos contratuais autônomos e distintos entre si.

realizados pagando, em troca, uma remuneração²⁴. A *locatio conductio operis faciendi*, por sua vez, ocorria quando o *conductor* obrigava-se a produzir um determinado resultado a partir de um material entregue a ele pelo *locator* e este, então deveria receber a obra mediante o pagamento da remuneração acordada. A diferença, assim, entre este contrato e a *locatio operarum* estava no objeto devido, já que o cumprimento de um se dava pela adequada realização do trabalho, enquanto o adimplemento do outro dependia da entrega do resultado prometido²⁵.

Por último, a *locatio conductio rei* ocorria quando o *locator* colocasse uma coisa à disposição do *conductor* para que este a usasse de forma temporária. Assim, o contrato cessava, em regra, ao fim do termo estabelecido pelas partes ou por vontade de pelo menos um dos contratantes- caso o prazo não houvesse sido pactuado. Além disso, tanto bens móveis quanto imóveis poderiam ser objetos da locação de coisas no direito romano.²⁶²⁷

²⁴ Esse tipo de acordo, pode ser assim comparado, em certa medida, ao atual contrato de prestação de serviços, mas exercia papel social diferente do observado para a figura moderna, uma vez que a escravatura era de grande importância para a economia romana, em que nem todos os trabalhos teriam de ser realizados por trabalhadores livres e assalariados. (M. KASER, *Römisches Privatrecht*, cit. nota 22, pp. 253-254. Conferir também: M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano*, cit. nota 22, pp. 595-596.).

²⁵ M. KASER, *Römisches Privatrecht*, cit. nota 22, pp. 253-254. Conferir também: M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano*, cit. nota 22, pp. 595-596.

²⁶ R. MONTESSORI; G. TASSINARI; E. ALBERTARIO, “*Locazione*”, in: *Enciclopedia Italiana Treccani*, 1934. Disponível em: < https://www.treccani.it/enciclopedia/locazione_%28Enciclopedia-Italiana%29/ >. Acesso em: 13/01/2021. Conferir também: R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, cit. nota 23, pp. 351-359; M. KASER, *Römisches Privatrecht*, cit. nota 22, pp. 250-252; M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano*, cit. nota 22, pp. 593-595.

²⁷ Tratando da *locatio conductio rei* de imóveis, vale destacar ainda que o acordo poderia conceder ao *conductor* direito somente ao uso do bem ou ao uso e fruição. Para M. KASER, R. KNÜTEL e S. LOHSSE (*Römisches Privatrecht*, 21ª ed., München, Beck, 2017, p. 201.), essa distinção teria correspondido, entre os romanos, à diferença entre locador para habitação, ou *inquilinus*, e arrendatário de terras, ou *colonus*. Porém, os italianos R. MONTESSORI, G. TASSINARI e E. ALBERTARIO (“*Locazione*”, in: *Enciclopedia Italiana Treccani*, 1934. Disponível

1.1 Moradia em Roma

A discussão quanto ao término antecipado do contrato de *locatio conductio rei* está bastante relacionada às condições de moradia em Roma. Nesse sentido, é importante ter em mente que o espaço urbano no Império era bastante limitado e era necessário acomodar uma população já numerosa em uma área disponível pouco extensa²⁸. Isso determinou que grande parte da população vivesse em edifícios constituídos de pavimentos verticais (*insulae*), fenômeno este tratado pelo professor E.C.S.V. MARCHI²⁹ como propriedade horizontal.

A limitação de espaço também contribuía para que a compra de imóveis ou terrenos tivesse custo alto e inacessível à maior parte da população, que recorria à *locatio*. Porém, acreditava-se³⁰ que os inquilinos a que os juristas romanos se referiam em seus escritos não fossem tipicamente membros das camadas menos abastadas da sociedade, uma vez que imóveis luxuosos eram colocados à disposição daqueles que tivessem mais recursos financeiros e fossem atraídos pelas vantagens da locação³¹. Assim,

em: < https://www.treccani.it/enciclopedia/locazione_%28Enciclopedia-Italiana%29/ >. Acesso em: 13/01/2021.) indicam apenas o tipo de imóvel como determinante da distinção terminológica. Por isso, denominam *inquilinus* o *conductor* de edifício e *colonus* o arrendatário de terreno, independentemente dos direitos conferidos pelo contrato.

²⁸ B. W. FRIER, *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, New Jersey, Princeton University Press, 1980, pp. 3-20.

²⁹ *A Propriedade Horizontal no Direito Romano*, 2ª ed., São Paulo, Quartier Latin, 2003, *passim*.

³⁰ B. W. FRIER, *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, cit. nota 28, pp. 48-52.

³¹ Segundo, B.W. FRIER, pouco se sabe sobre os contratos de locação romanos envolvendo inquilinos provenientes de camadas economicamente menos favorecidas da sociedade, uma vez que esses acordos eram predominantemente orais. Assim, somente no final do Império é que algumas fontes jurídicas (como C. 2,55; Alex. Sev., C. 4,65,9 (de 234 d.C.); Diocl. *et Maxim.*, C. 4,65,24 (de 293 d.C.) e C. 5,3) teriam tratado de instrumentos escritos. Além disso, o autor indica também que a maioria desses textos trata da locação de apartamentos, mas *Gai 10 ad. ed. prov. D. 19,2,25,1* seria uma exceção. Nesse sentido, afirma existirem nas fontes romanas apenas 15 referências a locações de casas ou vilas urbanas e o texto *Gai 10 ad. ed. prov., D. 19,2,25,1* seria um desses exemplos por trazer o termo *aedes*. Segundo Adolf Berger,

é importante destacar que o direito romano concernente a esta matéria- embora não estivesse dissociado da realidade vigente- foi criado visando a atender majoritariamente as demandas das classes mais altas. Isso ocorria porque a estrutura jurídica de correspondência entre direito material e sua *actio* respectiva exigia que as situações fossem levadas a litígio para serem tuteladas. Porém, camadas humildes da plebe romana- embora também pudessem residir em imóveis locados- não tinham acesso aos pareceres dos jurisconsultos ou aos aparatos judiciais³².

Para além do aspecto jurídico, B.W. FRIER³³ destaca a pressão social que provavelmente existia contra a expulsão de *conductores* economicamente mais abastados³⁴ ou inclusive membros da classe política, como era o caso dos senadores³⁵. Além disso, P. DU PLESSIS³⁶ trata da importância econômica e social da regra contida em *Alex. Sev.*, C. 4,65,9 (de 234 d.C.), afirmando que a possibilidade de compelir o adquirente de terreno rural a

a palavra era utilizada como sinônimo de *aedificium* e fazia referência predominantemente a construções urbanas. Além disso, o conceito incluía tanto o solo quanto o que fosse edificado sobre ele (*superficies*). (B. W. FRIER, *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, cit. nota 28, pp. 37; 46. Conferir também: A. BERGER, “*Aedes*”, in: *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1953, p. 353.).

³² R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, Oxford, Clarendon, 1996, pp. 344-349. Conferir também: B. W. FRIER, *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, New Jersey, Princeton University Press, 1980, pp. 64-65.

³³ *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, New Jersey, Princeton University Press, 1980, pp. 65; 67.

³⁴ Tratando dessa elite econômica, Eduardo C. Silveira Marchi indica que Roma passou por intensas modificações ao final da República, transformando-se em metrópole que alcançaria seu auge na época de Trajano e permitindo a ascensão de uma classe de ricos comerciantes surgida de intercâmbios mercantis com o Oriente. (*A Propriedade Horizontal no Direito Romano*, 2ª ed., São Paulo, Quartier Latin, 2003, p. 15.).

³⁵ B. W. FRIER, *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, cit. nota 33, p. 4.

³⁶ *Historical evolution of the maxim 'sale breaks hire'*. in: C. VAN DER MERWE (coord.); A. L. VERBEKE (coord.), *Time Limited Interests in Land*, New York, Cambridge University Press, 2012, pp. 21-22.

permitir a permanência do *conductor* poderia ser crucial para a economia de base agrícola da época.

1.2 Direitos e Deveres das Partes na *locatio conductio rei*

B. W. FRIER³⁷ ao tratar dos direitos e deveres das partes nos contratos de *locatio conductio rei* envolvendo bens imóveis, aborda como essa questão estaria relacionada à eventual venda do bem locado. Isso ocorre porque um importante dever do *locator* nos contratos de *locatio conductio rei* sobre bens imóveis era o de manter o bem à disposição do *conductor* para que este pudesse usar e habitar até o término do prazo contratual estabelecido. Além disso, se não fosse pactuado prazo, essa obrigação existiria enquanto nenhuma das partes encerrasse o contrato³⁸.

Os acordos por prazo determinado poderiam ser encerrados pelo próprio advento do termo pactuado ou as partes poderiam dissolver antecipadamente a *locatio* em razão da ocorrência de certas circunstâncias. Dessa forma, o *locator* poderia expulsar o *conductor* do imóvel caso este não pagasse o aluguel (*merces locationis*), deixasse de cultivar a terra ou utilizasse o imóvel de maneira abusiva, ou ainda, se o possuidor precisasse retomar o bem para uso próprio. Além disso, o *conductor* poderia devolver o objeto antecipadamente caso este se tornasse inútil para o uso ou esta utilização prolongada se mostrasse perigosa. Porém, era comum e desejável-principalmente nos casos de locação de terrenos para cultivo- que o *conductor* permanecesse no imóvel após o advento do termo acordado, situação em que o contrato era considerado tacitamente renovado. A esta figura jurídica foi dado o nome de *relocatio tacita*³⁹.

³⁷ *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, cit. nota 33, pp. 59-73.

³⁸ *Ibid.*, p. 63.

³⁹ R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, Oxford, Clarendon, 1996, pp. 355- 357.

Os contratos por prazo indeterminado poderiam, por sua vez, ser encerrados unilateralmente por iniciativa de qualquer das partes, já que instrumentos como denúncia ou notificação, assim como o estabelecimento de prazos para o exercício desses direitos, não foram conhecidos pelos romanos⁴⁰⁴¹.

O direito do *locator* de expulsar o *conductor* do imóvel em determinadas circunstâncias é chamado de *ius repelendi*, enquanto o direito do *conductor* de encerrar unilateralmente o contrato denomina-se *ius migrandi*⁴². Este último poderia também ser exercido pelo locatário caso o locador falhasse no cumprimento de seus deveres contratuais. Nessas situações, o inquilino ou arrendatário passava a estar liberado do pagamento da *merces locationis* e poderia utilizar-se da *actio conducti* para recuperar valores indevidos já pagos de maneira antecipada. Além disso, a mesma *actio* poderia ser usada para demandar indenização por danos, mas o pleito somente teria sucesso caso o demandante conseguisse provar que ficou privado do direito de usar a coisa locada justamente devido à culpa do demandado⁴³.

1.3 *Possessio Romana* e Posição Jurídica do *conductor*

Apesar da importância da *locatio conductio rei* para a economia romana e para questões sociais como a moradia e o cultivo da terra, o *conductor* não era titular de direito real e sequer foi reconhecido pelos juristas da época como possuidor da

⁴⁰ *Ibid.*, pp. 357-358.

⁴¹ Gaio cita ainda uma exceção em que a locação poderia ser acordada a título perpétuo, porém, trata desta modalidade apenas para prédios pertencentes ao município (*praediis municipum*) e não faz menção a locação de imóveis privados. (*Gai*, III, 145. Conferir também: R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, cit. nota 39, pp. 358- 359.).

⁴² R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, cit. nota 39, pp. 355- 356.

⁴³ *Ibid.*, pp. 360- 361.

coisa locada⁴⁴. Assim, é importante ter em mente que os romanos já compreendiam posse e propriedade como figuras jurídicas distintas⁴⁵, ainda que a separação clara entre esses dois conceitos não tenha sido uma constante em toda a história do direito desta civilização⁴⁶. Além disso, já concebiam também a possibilidade de haver apreensão física sobre uma coisa corpórea sem que houvesse necessariamente posse⁴⁷.

A percepção da diferença entre essas figuras não significa, entretanto, que os juristas romanos tenham desenvolvido teorias ou definições precisas e abstratas acerca da propriedade, da posse ou da detenção, da mesma forma como não conceituaram as diferentes espécies de *possessio* ou os elementos necessários para caracterizá-la⁴⁸. O que verificamos nas fontes romanas é o mero uso de alguns vocábulos que se repetem em diversos fragmentos e foram posteriormente explicados por juristas modernos.

Não se pode depreender dos textos clássicos um conceito unitário de posse, mas apenas são citadas algumas espécies de

⁴⁴ A. MASI, *Locazione (Storia)*, in: *Enciclopedia del Diritto*, vol. XXIV, 1974, pp. 912-913; 915. Conferir também: R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, cit. nota 39, pp. 377-378; M. KASER, *Römisches Privatrecht* (1992), trad. port. de S. RODRIGUES e F. HÄMMERLE, *Direito Privado Romano*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 128-129.

⁴⁵ C. A. CANNATA, *Possessio (Diritto Romano)*, in: *Novissimo Digesto Italiano*, vol. XIII, 3ª ed., 1957, p. 326. Conferir também: A. BURDESE, *Possessio (Diritto Romano)*, in: *Enciclopedia del Diritto*, vol. XXXIV, 1985, p. 452; M. KASER, *Römisches Privatrecht Römisches Privatrecht* (1992), trad. port. de S. RODRIGUES e F. HÄMMERLE, *Direito Privado Romano*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 124-125.

⁴⁶ Tal separação parecia nítida para os juristas clássicos e foi ofuscando-se no período pós-clássico. Porém, na época de Justiniano posse e propriedade voltam a ser tratadas como figuras jurídicas claramente distintas. (A. BURDESE, *Possessio (Diritto Romano)*, cit. nota 45, p.452; M. KASER, *Römisches Privatrecht* cit. nota 45, pp. 129-130).

⁴⁷ F. SCHULZ, *Classical Roman Law*, Aalen, Scientia Verlag Aalen, 1992, pp. 431-432. Conferir também: M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano*, Milano, Giuffrè, 1990, pp. 488-489; M. KASER, *Römisches Privatrecht* cit. nota 45, pp. 128-129.

⁴⁸ F. SCHULZ, *Classical Roman Law*, cit. nota 47, pp. 431-432.

possessio, como a *possessio civilis*, a *possessio ad interdicta* e a *possessio naturalis*. Assim, a primeira era a posse dotada de *iusta causa possessionis*, apta a justificar a aquisição da coisa por usucapião e, por isso chamada também de *usucapionis*. Já a segunda era a posse tutelável por meio de interditos possessórios, remédios jurídicos criados pelo *ius honorarium* para proteger o possuidor contra a perda da posse (esbulho) ou perturbação do exercício regular e legítimo do poder de fato (turbação)⁴⁹. A posição jurídica do *conductor*, porém, não o colocava em posição de usucapir o bem ou de defender-se por meio de *actiones in rem* ou interditos possessórios, sendo citada como exemplo clássico de *possessio naturalis*, entendida modernamente como detenção⁵⁰. Este conceito, entretanto, não foi desenvolvido pelos juriconsultos da época, tratando-se de expressão atual para designar um poder de fato, desprovido de proteção no âmbito do direito das coisas, exercido sobre uma coisa alheia em razão de um contrato⁵¹.

Para V. F. KÜMPEL e T. OLCESE⁵², o direito romano pré-clássico sequer teria diferenciado posse e detenção, tratando ambas como *possessio*. Assim, os juristas clássicos é que teriam diferenciado por meio de exemplos trazidos por fontes a *possessio naturalis* a *possessio civilis* e a *possessio ad interdicta*⁵³. Entretanto, a diferenciação conceitual entre essas figuras não é romana e a

⁴⁹ E. VOLTERRA, *Istituzioni di Diritto Privato Romano*, Roma, La Sapienza, 1961, pp. 399-400. Conferir também: C. A. CANNATA, *Possessio (Diritto Romano)*, cit. nota 45, p. 326; A. BURDESE, *Possessio (Diritto Romano)*, cit. nota 45, p.454.

⁵⁰ A. MASI, *Locazione (Storia)*, in: *Enciclopedia del Diritto*, vol. XXIV, 1974, pp. 912-913; 915. Conferir também: R. ZIMMERMANN, *The Law of Obligations*, Oxford, Clarendon, 1996, pp. 377-378; M. KASER, *Römisches Privatrecht* (1992) cit nota 45, pp. 128-129; M. TALAMANCA, *Istituzioni di Diritto Romano* cit nota 47, 1980, p. 64.

⁵¹ B. W. FRIER, *Landlords and Tenants in Imperial Rome*, New Jersey, Princeton University Press, 1980, p. 64.

⁵² *A Evolução Histórica da Posse nas Fontes Romanas*, In: E. C. S. V. MARCHI (coord.) et. al., *Estudos em Memória do Professor Thomas Marky*, São Paulo, YK, 2019, p. 220.

⁵³ *Ibid.*, p. 221.

definição sobre o que constituiria detenção foi controversa inclusive entre juristas modernos, já que esse é o principal ponto de divergência entre as teorias da posse elaboradas, séculos mais tarde, por Savigny e por Ihering⁵⁴.

A respeito da desproteção apontada acima, é interessante mencionar o seguinte fragmento do Digesto, atribuído a Juliano:

Iul. 44 *dig.*, D. 41,5,2,1

Quod volgo respondetur causam possessionis neminem sibi mutare posse, sic accipiendum est, ut possessio non solum civilis, sed etiam naturalis intellegatur. Et propterea responsum est neque colonum neque eum, apud quem res deposita aut cui commodata est, lucri faciendi causa pro herede usucapere posse.

Juliano livro 44 do “Digesto”, D. 41,5,2,1

A proposição geral comumente declarada de que ninguém pode mudar o fundamento de sua posse deve ser interpretada de forma a englobar não somente a posse jurídica, mas também a posse fática. De acordo com isso, foi determinado que um inquilino, depositário ou comodatário não pode, para seu próprio benefício, usucapir como herdeiro⁵⁵.

Ao tratar de regras sucessórias, o texto emprega expressamente os termos *possessio civilis* e *possessio naturalis*, indicando os dois conceitos como opostos. Além disso, cita também de maneira expressa o *colonus*- espécie de *conductor* que recebia porção de terra para uso e fruição⁵⁶- como um caso de indivíduo dotado de mera *possessio naturalis*. Assim, são fragmentos como esse que fazem com que exemplos de possuidores *naturalis*, ou

⁵⁴ *Ibid.*, pp. 221-224.

⁵⁵ Tradução a partir da tradução de apoio: A. WATSON, *The Digest of Justinian*, vol. IV, Philadelphia, University of Pensilvania Press, 1998, p.44.

⁵⁶ M. KASER, *Römisches Privatrecht* (1992), trad. port. de S. RODRIGUES e F. HÄMMERLE, *Direito Privado Romano*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 250-251.